



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETÊ DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE QUATRO, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, conforme Edital de Convocação publicado aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Diário Oficial do Município de número 87, Ano XIII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e quatro. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sergio R. B. Balaguer. Ausente, justificadamente, a Vereadora Professora Josete (requerimento 056.00033.2024) e presentes os demais membros, os Vereadores Bruno Pessuti, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Giorgia Prates - Mandata Preta e Osias Moraes. Presentes, também, os servidores dos Poderes Legislativo e Executivo, mencionados ao longo da apresentação. Seguem as Notas Taquigráficas: "**A SRA. INDIARA BARBOSA:-** Bom dia a todos. Declaramos aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2024, de acordo com o que determina o Art. 9º, Parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência pública terá duração de duas horas, com início às 9h35 e término às 11h35. Agradecemos a participação de todos, autoridades, representantes de associações e de entidades, servidores, cidadãos e Vereadores. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereadora. Bom dia a todos. Sejam bem-vindos. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é formada por mim, como presidente, pela Vereadora Indiara Barbosa, como vice-presidente, e pelos Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete e Osias Moraes. Nós já temos as presenças aqui da diretora do DAF, Ana Cláudia dos Santos, que está acompanhando esta Sessão; do Sr. Glauco Requião, diretor-geral; da Margarete Zimmerman e Daniel Dallagnol, da Controladoria da Câmara Municipal; também da Sra. Aline Bogo, que fará a apresentação referente ao Legislativo; e também dos técnicos da Prefeitura, que acompanham o Secretário Cristiano Hotz. Os trabalhos da audiência terão a duração de duas horas e obedecerão ao seguinte roteiro: explanação por parte da nossa diretora contábil e financeira quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo; depois, abriremos a palavra aos participantes, para comentários,

sugestões e questionamentos; no segundo momento, explanação do Sr. Cristiano Hotz, Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Executivo; após, concederemos a palavra aos participantes, com dois minutos para formularem suas perguntas, primeiro aos membros da Comissão de Finanças, depois aos demais Vereadores e aos participantes que se manifestarem pelas fichas que estão com o Cerimonial, aqui no Plenário, também aos participantes que queiram se manifestar pelo e-mail, que está disponibilizado embaixo, no nosso quadro, "comissao.economia@cmc.pr.gov.br". Os números que serão apresentados aqui são do primeiro quadrimestre das metas orçamentárias já consolidadas. Então, de imediato, passo a palavra à Sra. Aline Bogo, para que faça a apresentação do Legislativo Municipal. **A SRA. ALINE BOGO:-** Bom dia a todos. Bom dia, Vereador Serginho do Posto, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Bom dia aos demais Vereadores da Comissão, aos Vereadores desta Casa, aos servidores, a todos que estão nos assistindo. Quero dar as boas-vindas a toda a equipe da Secretaria de Finanças, ao pessoal da Prefeitura, que estão aqui acompanhando essa audiência. Como o Vereador Serginho comentou, essa audiência tem o objetivo de demonstrar as metas do primeiro quadrimestre, dos meses de janeiro a abril desse exercício, do Poder Legislativo. Assim, cumprimos o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto federal quanto municipal, e também a Lei Orgânica do Município. *(Apresentação com slides)*. Para o exercício, então, de 2024, foi fixado um orçamento, para o Legislativo, de cento e noventa e cinco milhões. Esse orçamento poderia ser de até trezentos e doze milhões quinhentos e sete mil, e foi fixado pela Lei do Orçamento Anual 16.275/2023 em cento e noventa e cinco milhões. Desse valor, um terço foi repassado já ao Legislativo, por meio de interferências financeiras do Poder Executivo, totalizando sessenta e cinco milhões. E, nesse exercício, nesses primeiros quatro meses, tivemos um empenhamento da despesa de sessenta e seis milhões quatrocentos e oitenta e três mil, o que representa 34,09% do valor orçado. Em relação às transferências que o Legislativo fez à Prefeitura Municipal de Curitiba, nós temos o valor dos rendimentos de aplicações financeiras, que ficam depositados em contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, das nossas disponibilidades, e que, conforme vão rendendo a cada mês, é transferido o valor desses rendimentos para a Prefeitura Municipal de Curitiba, para que possa também compor a receita do município. Considerando, então, os três grupos de despesa que temos no nosso orçamento, foi empenhado, de acordo com os grupos que são determinados no plano de contas lá do Tribunal, com despesa de pessoal, um total de 63,2% do total; outras despesas correntes, 36,6%; e com investimentos, 0,2%. Daquele total, então, de sessenta e seis milhões. Em relação à nossa despesa de pessoal, tivemos um valor orçado, com as atualizações já, de cento e quarenta milhões e quarenta e cinco mil. Desse valor, foram empenhados 30%, num total de quarenta e dois milhões e trinta e oito mil. Essa despesa está distribuída em vencimentos e vantagens fixas, num total empenhado, no primeiro quadrimestre, de trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito mil; um valor com obrigações patronais, que são todos aqueles repasses feitos ao Instituto de Previdência, ao ICS, ao INSS, FGTS, num total de sete milhões quatrocentos e sessenta e nove mil, que representam 27,88% do empenhado no quadrimestre; não tivemos valor de indenizações com inativos, só as indenizações que já são consideradas nos vencimentos, que são recebidas por servidores ativos; e também não tivemos valores empenhados com outras despesas. Então, ali, do orçamento de cento e quarenta milhões, nesse grupo, nós tivemos um empenhado de quarenta e dois milhões e trinta e oito mil. Subdividindo, então, o valor dessa despesa de pessoal, nós temos, como vencimentos e vantagens de servidores efetivos, dezesseis milhões seiscentos e vinte e um mil; subsídios, três milhões cento e um mil; vencimentos comissionados, quatorze milhões oitocentos e oito mil; um valor que pagamos a menores aprendizes de trinta e seis mil novecentos e cinquenta; e um valor com obrigações patronais, de todos esses grupos, de sete milhões quatrocentos e sessenta e nove mil, totalizando um valor de despesa de pessoal, no quadrimestre, de quarenta e dois milhões e trinta e oito mil.

Essas despesas, então, quando diluímos também a obrigação patronal, ficam com um percentual de empenho de efetivos de 49%; comissionados, 42%; e subsídios, 8,8%. Aqui, então, já também incluindo as obrigações patronais. Em relação às despesas correntes, também do grupo de despesas, mas que excluem as despesas de capital, nós temos orçado, no exercício, cinquenta e um milhões seiscentos e cinco mil, e nesse quadrimestre nós tivemos o empenhamento de vinte e quatro milhões trezentos e quarenta e sete mil, um percentual de 47,18% em relação ao orçado. No primeiro quadrimestre, empenhamos muitas despesas que são globais, elas são para o exercício todo, por isso esse percentual alto de empenho em relação ao orçado. Dividindo, então, essas despesas, nós temos os seguintes grupos: benefícios assistenciais, aqui se inclui auxílio-creche, auxílio-saúde e auxílio-funeral, num total de dois milhões seiscentos e setenta mil orçado, e empenhado, no quadrimestre, novecentos e quarenta e dois mil trezentos e nove; auxílio-alimentação, orçado cinco milhões trezentos e quarenta, empenhado, um milhão setecentos e trinta e quatro mil trezentos e oitenta e seis; despesas com material de consumo, aqui entram gastos com combustível, material de expediente e todos os materiais que são adquiridos para o funcionamento do Legislativo, material de processamento de dados, nós temos um valor orçado de um milhão quinhentos e vinte e cinco mil, e empenhado, no quadrimestre, setecentos e quarenta e um mil; locação de mão de obra, serviços terceirizados, principalmente de vigilância e limpeza, um valor orçado de quatro milhões novecentos e cinquenta mil, e um valor empenhado de dois milhões setecentos e vinte e nove mil novecentos e setenta e oito; despesas com serviços de empresas que trabalham com tecnologia, tanto da informação quanto da comunicação, nós temos um total empenhado de seis milhões e vinte e sete mil, que representa 55,91% do orçado, de dez milhões setecentos e oitenta mil; todos os outros serviços de terceiros, de pessoa jurídica, de empresas que não se enquadram ali como serviços de informação e serviços de tecnologia, nós temos, então, empenhado seis milhões quatrocentos e trinta e sete mil, de um total orçado de onze milhões cento e setenta mil; temos também, na despesa com um aporte feito ao Instituto de Previdência do Município, onde o Legislativo participa para o equacionamento da dívida com o Fundo de Previdência, um valor orçado de quatorze milhões e quatrocentos mil, onde já foram empenhados cinco milhões seiscentos e dezessete mil; e um valor com outras despesas correntes, total orçado de setecentos e setenta mil, e foram empenhados cento e dezessete mil duzentos e vinte e nove. Nosso terceiro grupo, então, que são os investimentos, as despesas de capital, temos um total orçado de três milhões trezentos e cinquenta mil, e empenhado, no quadrimestre, noventa e sete mil seiscentos e trinta e sete, valor que foi empenhado principalmente com aquisição de mobiliários, que são do grupo equipamento e material permanente, onde foi orçado, com as suplementações efetuadas, novecentos mil, e foram empenhados noventa e sete mil seiscentos e trinta e sete; não tivemos ainda empenhamento no grupo de obras e instalações. Em relação às despesas de viagens, nesses quatro primeiros meses do exercício, tivemos um total de quinze mil seiscentos e onze, sendo que, com diárias, foram gastos dois mil setecentos e vinte, com passagens aéreas, sete mil seiscentos e trinta e sete, e com hospedagens, cinco mil duzentos e cinquenta e três, totalizando, então, quinze mil seiscentos e onze. Desse valor, onze mil e setenta e nove foram gastos com os gabinetes parlamentares, e quatro mil quinhentos e trinta e um por servidores da Administração. Trazendo um pouquinho aqui o mapeamento dos nossos restos a pagar, que foram inscritos no início do exercício, são empenhos que ficaram a pagar de exercícios anteriores, tivemos um total inscrito, no início do exercício de 2024, de quatro milhões oitocentos e cinco mil seiscentos e oito, onde quinhentos e cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e cinco são de exercícios anteriores a 2023, e quatro milhões duzentos e quarenta e cinco mil são restos que foram inscritos relativos a empenhos do exercício de 2023, o exercício anterior. Desse total, então, de quatro milhões oitocentos e cinco mil inscritos em restos, já foram pagos, no primeiro quadrimestre, dois milhões setecentos e oitenta e três mil, e foram cancelados trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco. Esse valor de

restos cancelados será repassado ao município. E nós temos, então, a pagar um total de um milhão novecentos e oitenta e cinco mil (L) ainda de restos. Aqui o mapeamento da despesa liquidada, que são os principais contratos, os contratos maiores que a Câmara tem, para assim cumprirmos o que determina a Lei Orgânica, que pede que sejam trazidas todas as despesas. Como não conseguimos trazer todas as despesas detalhadas, então, trazemos os principais contratos que a Câmara tem no seu valor liquidado. Nós temos um contrato com a empresa Obra Prima, de limpeza, copa e outros serviços, onde foram liquidados, nesses primeiros quatro meses, quatrocentos e noventa e quatro mil trezentos e sessenta e oito. Um contrato com a empresa Gênese de Vigilância, que foram liquidados, nesses primeiros quatro meses, novecentos e cinquenta mil quinhentos e trinta e sete. Um contrato de administração de cartão para abastecimento dos carros dos Vereadores, de combustível, então, um contrato com a Prime, onde foram liquidados cinquenta e nove mil trezentos e vinte e dois. Um contrato para a contratação dos estagiários do Legislativo, da Câmara Municipal de Curitiba, estagiários que ficam tanto na Administração quanto nos gabinetes, foram liquidados no exercício, até agora, trezentos e oitenta e um mil trezentos e vinte e nove, contrato com a empresa CIEE. Locação de veículos, Locadora WS, liquidado até o momento duzentos e setenta e três mil novecentos e treze. Contrato com a Empac, de manutenção predial, no valor liquidado de cento e sessenta e seis mil duzentos e quatorze. E com a empresa PMT, de Medicina do Trabalho, duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e um. Ainda contratos na área de tecnologia, dois contratos com a Serpro, no valor liquidado de duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e um reais, contrato com a Empresa 3CORP, de Comunicação com Tecnologia VoIP, de cem mil reais; locação de computadores, empresa Click TI, quatrocentos e noventa e quatro mil setecentos e vinte reais; locação de impressoras com a Empresa Simpress, noventa mil cento e setenta e um; contratos de software de gestão pública, atualmente nós temos dois, com a empresa Elotech e também com o ICI, duzentos e cinquenta e seis trezentos e oitenta liquidados nesses quatro primeiros meses; software do Plenário, com a empresa IT Sistemas, noventa e cinco mil setecentos e setenta e oito reais; e com a CRT, um contrato para sustentação da nossa rede lógica, de cento e vinte e três mil cento e setenta e oito. Chegando agora nas nossas metas fiscais, que são os nossos limitadores, principalmente para a despesa de pessoal. Então, nós temos esse limitador, que diz a lei que a despesa de pessoal não pode ultrapassar 70% da receita do Legislativo, considerando, então, essa receita, que seria o valor máximo que a Câmara poderia receber do seu orçamento. Então, esse limitador, como só estamos considerando os quatro primeiros meses, ele está em 11,06%, que seria então o gasto de folha de pagamento. Nessa despesa não incluímos a despesa de obrigação patronal, então, temos um total de trinta e quatro milhões quinhentos e sessenta e oito, nesses quatro primeiros meses, atingindo um percentual de 11,06% nesse quadrimestre, que depois nós juntaremos aos percentuais do segundo e terceiro quadrimestre, mas não atingiremos os 70%. Nós temos também o limitador da Lei de Responsabilidade Fiscal, da receita corrente líquida do Município, receita essa apurada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, 6% é o máximo que pode ser gasto pelo Poder Legislativo. Em relação a essa receita, então, ela ficou, desses últimos doze meses, aqui consideramos o período móvel, seria de maio de 2023 a abril de 2024, a receita corrente líquida ajustada foi de dez bilhões novecentos e sessenta e cinco milhões e cinco e um mil. No Legislativo, então, a despesa bruta com pessoal é de cento e noventa e sete milhões trezentos e cinquenta e seis mil, nós temos, então, desse valor com pessoal ativo cento e vinte e quatro milhões duzentos e noventa e três mil, e com inativos setenta e três milhões e sessenta e três mil. Essas despesas, então, não são computadas no cálculo final, assim como as despesas de indenizações, elas são excluídas do cálculo para chegar no percentual. Então, a despesa líquida com pessoal é de cento e vinte e três milhões oitocentos e setenta, atingindo um percentual de 1,13%. Então, lembrando que esse é um cálculo baseado nos doze últimos meses, de maio de 2023 a abril de 2024. Finalizando,

então, eu trouxe um panorama aqui da nossa despesa empenhada nos últimos cinco anos. São valores reais, atualizados. Então, nós temos com pessoal, valor em 2020, quarenta milhões setecentos e vinte e um; 2021, trinta e sete milhões quinhentos e vinte e três mil; 2022, trinta e oito milhões setecentos e quarenta e quatro; 2023, quarenta e dois milhões e quinze; e em 2024, quarenta e dois milhões e trinta e oito. A despesa de pessoal é uma despesa que ela representa bem o que está acontecendo, porque tanto o valor empenhado quanto o valor liquidado são praticamente os mesmos. Diferente das outras despesas em que temos muitos empenhos no primeiro quadrimestre, mas que eles são para o exercício inteiro. Então, apesar de eu ter empenhado no primeiro quadrimestre, são despesas que vamos liquidar nos quadrimestres seguintes. Mas, então, com outras despesas correntes, eu tive: em 2020, dezessete milhões novecentos e sessenta; em 2021, dezoito milhões quinhentos e noventa e um; em 2022, dezoito milhões cento e oitenta e cinco; em 2023, dezessete milhões novecentos e noventa e três; e 2024, vinte e quatro milhões trezentos e quarenta e sete. Com investimentos, em 2020, duzentos e quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro; 2021, cento e quarenta e sete mil seiscentos e noventa e cinco; 2022, seiscentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e nove; 2023, quatrocentos e vinte e seis mil cento e vinte e oito; e 2024, noventa e sete mil seiscentos e trinta e sete. Então, totalizando, em 2020, cinquenta e oito milhões novecentos e vinte e oito mil, todos os três grupos; 2021, cinquenta e seis milhões duzentos e sessenta e dois; 2022, cinquenta e sete milhões quinhentos e oitenta e sete; 2023, sessenta milhões quatrocentos e trinta e quatro; e 2024, sessenta e seis milhões quatrocentos e oitenta e três. Em relação aos nossos índices, então, verificamos que temos uma queda nos indicadores, tanto no índice da LRF, quanto também no índice relativo à Emenda Constitucional 25, de 2000, que é de 70%, esse índice dos 70% eu trouxe aqui então o valor comparativo dos primeiros quadrimestres, que é sempre aquele valor que depois eu vou somar o segundo e o terceiro quadrimestre. Então, são essas as informações que eu gostaria de trazer. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Nós agradecemos à Sra. Aline Bogo pela apresentação. Eu deixo aberto para as perguntas. Eu passo, então, de imediato, a palavra ao Presidente Marcelo Fachinello. **O Sr. Marcelo Fachinello:-** Obrigado, Vereador Serginho do Posto, pela concessão da palavra. Agradecer a Aline pela apresentação, parabéns pelo trabalho seu e da equipe que você comanda. Eu queria só que você falasse, esse é um gasto que sempre é questionado, que é um dos maiores que nós temos aqui em relação à questão do serviço de tecnologia, informação, comunicação. Você apresentou ali algo em torno, planejado, algo em torno de dez milhões e setecentos mil reais, e já empenhados 55%, ou seja, é um valor maior do que o tempo que nós temos do ano. Temos ainda mais dois quadrimestres pela frente, já temos mais da metade do valor empenhado. E queria que você detalhasse esse gasto e nos indicasse também que, muito provavelmente, nós teremos boas reduções em relação a isso, fruto da adaptação que nós temos aqui à nova Lei de Licitação e, principalmente, melhores negociações, contratos melhor negociados que nós estamos fazendo aqui. Eu queria que você falasse um pouquinho especificamente sobre esse dado que você apresentou, Aline. Obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Indiará Barbosa. **A Sra. Indiará Barbosa:-** Obrigada, Presidente Serginho. Gostaria também de parabenizar a Aline pela apresentação, sempre bem clara, e também a questão do comparativo, até em relação ao que o Presidente Marcelo Fachinello falou. Quando vemos o comparativo ali para três ou quatro anos, isso possibilita ver a responsabilidade mesmo dos gastos, então, que eles vêm se mantendo em linha, não temos aumentos expressivos, então, o formato da apresentação fica bem visível e claro. Então, só parabenizar. E eu ia até também questionar o gasto que o Presidente Marcelo Fachinello apontou, que em outras despesas correntes nós vemos um aumento ali, e dentro desse gasto está a questão da comunicação, tecnologia da informação, então, agradeço também se puder responder, acho que é importante. Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Temos nesse bloco o Vereador Herivelto Oliveira com a palavra.

O Sr. Herivelto Oliveira:- Obrigado, Presidente. É só um questionamento rápido. Em função dos primeiros números que você apresentou, que no primeiro quadrimestre, com um terço do ano, foram gastos em torno de 34,5%. Significa que passou um pouquinho de um terço. Significa que agora, nos dois terços finais do ano, os gastos serão menores, ou já existe uma previsão de que esses gastos superem os 100% previstos de orçamento? **O SR. PRESIDENTE (Marcelo Fachinello):-** Com a palavra a Sra. Aline Bogo. **A SRA. ALINE BOGO:-** Agradeço as perguntas. Primeiramente, então, respondendo ao nosso Presidente, Marcelo Fachinello, e à Vereadora Indiara, já em relação às despesas com serviços de terceiros na área de tecnologia da informação e da comunicação. Como eu disse, eu trago a despesa sempre empenhada, naqueles percentuais é a despesa empenhada. Então, como nós temos muitos contratos globais, esses empenhamentos geralmente acontecem na maior parte no início do ano. Então, por isso que passa de 50%. Porque nós temos contratos que já foram empenhados em janeiro, por exemplo, mas estão já previstas as despesas do ano inteiro. Em relação à despesa de tecnologia da informação e da comunicação, nós tivemos a nova licitação de computadores, que vínhamos renovando durante os cinco anos em que nós podíamos renovar. E essa despesa, diferente dos outros exercícios, ela foi empenhada agora já no primeiro quadrimestre, todos os doze meses. Porque empenhamos o residual, que faltava até a licitação, e diferente, por exemplo, do ano passado, que foi empenhada no segundo semestre, ela já foi empenhada agora no primeiro quadrimestre, porque o pessoal está antecipando as licitações, está fazendo ali um excelente trabalho, então, já temos essa despesa empenhada. E diversos outros contratos também, que às vezes eles não... O ano passado, por exemplo, pode ter sido empenhado em maio, e esse ano foi empenhado em abril, por isso que também dá essa diferença, esse acréscimo. E aproveitando e respondendo ao Vereador Herivelto, nós não passaremos de 100%, a previsão é que fique abaixo, que tenha talvez uma sobra aí dos 5% de orçamento. É justamente por isso, porque no primeiro quadrimestre o empenhamento das despesas de serviços, que são os contratos globais, é maior. A despesa de pessoal é uma despesa que ela é empenhada já mês a mês. Então, conseguimos ter uma ideia melhor de como ela funciona, porque ela não é empenhada já no primeiro quadrimestre, diferente das outras. Nós temos alguns contratos, por exemplo, que vencem no segundo, no terceiro quadrimestre, que eles são empenhados mais para frente. Mas a grande maioria é empenhada já no primeiro quadrimestre, por isso que temos um percentual maior, mas o orçamento está sob controle e não vai passar dos 100% de forma alguma. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Jornalista Márcio Barros. **O Sr. Jornalista Márcio Barros:-** Bom dia a todos. Eu tinha feito um apontamento aqui muito parecido com o questionamento dos dois. Mas eu quero aproveitar essa oportunidade para dar os parabéns pela apresentação, e também à Diretoria-Geral, o DAF, todos, desse comprometimento e os cuidados com as contas da Câmara, **(J)** nós estamos no nosso quarto ano de mandato e eu estive na Comissão de Economia nesses três anos e meio e esse comprometimento não é de agora. Então, parabéns pela apresentação novamente. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Vereador. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Nós encerramos os Vereadores inscritos para questionamentos do Legislativo. Eu também quero agradecer a apresentação bem objetiva da Sra. Aline Bogo bem como de toda sua equipe que vem prestando excelentes trabalhos para este Legislativo. Então, nós encerramos essa primeira parte agora, agradeço, Aline, e nós vamos dar continuidade à audiência pública... Perdão, suas considerações finais, que eu esqueci, já para as suas considerações finais e depois nós entramos na segunda parte. Com a palavra. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Vereador. Quero aproveitar então a oportunidade para agradecer, foi um primeiro quadrimestre bastante desafiador para mim e para a minha equipe. Aproveitar e fazer um agradecimento à minha equipe que foi sensacional nesse primeiro quadrimestre, me ajudou muito. E também deixar aqui o meu agradecimento ao pessoal da Secretaria de Finanças da Prefeitura, que esse primeiro ano estamos usando o mesmo sistema

que eles, é um sistema totalmente adaptado para a Prefeitura de Curitiba, então sem o conhecimento deles nós não teríamos conseguido. Quero aproveitar e fazer um agradecimento especial porque no mês passado o Jackson Nunes me ajudou bastante para fazermos as suplementações, então que vocês levem o meu agradecimento a ele. Obrigada, Claudinei, Carlos, Márcio e Daniele; e, ao nosso Secretário de Finanças, parabéns pela equipe que vocês têm lá. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradecemos seu trabalho, seu esforço. Então, nós possamos, agora, de imediato, para a segunda parte, já com a presença do nosso Secretário Dr. Cristiano Hotz. Também quero registrar as presenças da Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva; do Superintendente Fiscal Mário Nakatani Júnior; do Departamento de Orçamento, Diretor Carlos Eduardo Kukolj; do Departamento de Contabilidade, nosso Diretor Claudinei Nogueira; também do Sr. Márcio, que está presente conosco; e, do Jaderson Goulart, Assessor Técnico acompanhando também a equipe da Secretaria. Sejam todos bem-vindos. Convidamos a Sra. Daniele, também o Mário Nakatani, para que vocês possam acompanhar o Secretário. Mais alguém da equipe? Fique à vontade. Nós manteremos o mesmo roteiro para essa segunda parte, com a apresentação por parte do Executivo, sendo que as perguntas terão dois minutos para questionamentos, observações; também temos a participação, de quem desejar fazer suas perguntas, pelo formulário disponibilizado pelo Cerimonial; e as perguntas oriundas da internet, também serão respondidas pela equipe agora nesse segundo momento. Esses números são os dados consolidados no primeiro quadrimestre das metas orçamentárias, onde a Prefeitura faz a sua apresentação a critério da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendendo a este Legislativo Municipal. Então, de imediato, eu passo a palavra ao nosso Secretário Cristiano Hotz para que ele faça a sua explanação dos dados. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Bom dia, Sr. Presidente, Presidente da Câmara Fachinello, Glauco, meu amigo, Dra. Aline, parabéns ao Dr. Vereador Pier Petruzzello pelo seu aniversário. Parabéns, Pier! Vamos dar início direto à nossa apresentação, como sempre com números objetivos, e daí ficamos à disposição para os questionamentos. Isso, fantástico! (*Apresentação slides no telão, enquanto comenta*). Prefeitura de Curitiba! Então, temos a apresentação do primeiro quadrimestre, sempre lembrando que este é só o primeiro quadrimestre, então temos algumas questões que se apresentam diferentes dos outros quadrimestres que vêm, por exemplo, educação, já adiantando lá, educação que o índice está um pouco abaixo porque não temos aula no primeiro e no segundo mês do ano, então não temos os gastos ali para fazer frente à necessidade. Já passando às receitas. Pode passar ali, mais um, mais um, isso! A nossa receita total, para o primeiro quadrimestre, é de cinco duzentos e dezoito setecentos e sete; as receitas correntes são de quatro seiscentos e cinco; receita de capital setenta; receita intraorçamentária, quinhentos e quarenta e dois seiscentos e dois. Total de receitas, quatro seiscentos e setenta e seis. Ali, é importante já fazermos uma anotação que para todas as telas, com exceção aqui que são previstos comparativos com a LDO, já está descontada a inflação, que foi, no período, 3,69%. Pode voltar lá. O valor real que tivemos ali da receita corrente, então nós tivemos um acréscimo de 12,3%; receita de capital 24,1%; receitas intraorçamentárias 18,1%. O total das nossas receitas, exceto as intraorçamentárias, aumento de 12,4%. Então, nesse quadro conseguimos fazer uma verificação que nós temos ali um total de 40,3%; realizadas 42,1%; de capital 20,1%; e a intraorçamentária, de repasse, 33%. Esse índice de intraorçamentária sempre se demonstra bastante equilibrado durante todos os anos, porque são repasses federais, a grande maioria, então sempre vão nos dispensando os valores que são previstos, então eles vão cumprindo ali a cada quadrimestre. Então, nós tivemos 41,4% da realização da receita. As nossas receitas tributárias, com as taxas, nós tivemos uma variação de 20,1%; do ITBI, R\$ 177 milhões; Imposto de Renda, R\$ 207 milhões, uma variação de 9,28%; o ISS, R\$ 739 milhões, uma variação de 7,68%; o IPTU, R\$ 863 milhões, uma variação de 34,4%. É importante fazer aqui um ponto para o IPTU, é que neste ano nós tivemos janeiro que entrou a última parcela do ano passado, do IPTU, que nós tivemos aquela

postergação. Então, nós tivemos a primeira parcela de janeiro, em janeiro nós tivemos uma parcela do ano anterior, e tivemos o pagamento à vista e já uma outra parcela do pagamento. Então, nós tivemos duas parcelas de pagamento, mais o pagamento à vista, dentro do quadrimestre, por isso que ele dá essa variação para o IPTU. Não que houve uma arrecadação maior, mas, sim, o número de parcelas que se fizeram no primeiro quadrimestre desse ano. Então, nós tivemos ali uma variação nominal de 23,1% e uma variação real de 18,8%, o total de R\$ 2,14 bilhões. O ICMS, para o primeiro quadrimestre, tem uma variação de 21%, cresceu razoável, porque já temos ali a variação da inflação, então é um crescimento bastante expressivo; o Fundeb também tem uma variação importante; o IPVA que vem um valor, assim, ele é um valor bom e considerável, mas uma variação que não se demonstra expressiva, fruto da redução da tabela FIPE também e alguma inadimplência com a questão do IPVA, que recebemos uma cota; o SUS também tem uma variação de 35,4%, são investimentos importantes que vêm sendo feitos. Receitas de transferências. A receita de capital temos R\$ 12,72 milhões, 171%; outras receitas correntes, R\$ 23,31 milhões, 16,4%; FNDE, R\$ 29,98 milhões, 0,76%; e o FPM, R\$ 172,4 milhões, e também o FPM também entra ali ICMS, IPVA e vão todas as situações. As receitas de capital têm... isso, ela tem essa variação importante. É, ela tem essa variação importante e depois, nos questionamentos, fazemos a explicação. Então, passamos para as despesas. As nossas despesas, total de cinco, duzentos e dezoito e setecentos e sete, sempre lembrando que esse é um resultado de 2024, mas em comparação ao primeiro quadrimestre de 2023, por isso que já anotamos a inflação de 3,69%. Então, as nossas despesas correntes foram de três cento e cinquenta seiscentos e dezesseis, um aumento de 2,54%; despesas de capital, que é bastante importante e relevante que são as aplicações e a execução das obras que estão sendo executadas pelo Prefeito Rafael Greca, concluindo aí a grande maioria delas e dando início, principalmente aquelas do BID, Inter 2, o Bairro Novo da Caximba, com a execução das casas, que também mais à frente vamos poder ver; as despesas intraorçamentárias 18,5%; e o nosso total de despesas três novecentos e cinquenta e um setecentos e cinquenta e dois, uma variação de 9,2%. Aí, nesse quadro, podemos verificar realmente que o total de despesas é 41%; a corrente 31,7%, o que é um bom índice; e, realmente, bastante expressivo, é a de capital, que é praticamente 75%, 74,6%, o que demonstra a execução, esse é em comparação à LOA, esse quadro que não está em comparativo ao primeiro quadrimestre do ano passado. Então, nós temos uma despesa intraorçamentária de 35,7%. As nossas despesas de capital se demonstram aí, com a amortização da dívida, de oitenta e oito... Acho que eu estou no errado. Juros e encargos da dívida R\$ 37,4 mi; outras despesas correntes R\$ 1,79 bi, 12,7%; e pessoal e encargos sociais uma variação de menos 2,07%. Isso também tem uma explicação, porque nós tivemos o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro nesse primeiro quadrimestre; faremos, agora, no dia 24 de junho, o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro. Passamos às metas e limites. Nós temos as metas e limites. O resultado primário duzentos e quarenta e seis cento e setenta e um; o realizado setecentos e oitenta e noventa e quatro; o resultado nominal quatrocentos e trinta e dois cento e oitenta e oito; o realizado de novecentos e dez setecentos e noventa e um; as nossas receitas correntes doze, trezentos e vinte e cinco, duzentos e vinte e nove; e, as nossas deduções, mil trezentos e seis seiscentos e oitenta; o que dá uma receita corrente líquida de onze zero dezoito quinhentos e quarenta e oito, uma variação, um delta positivo de dez ponto sete para o quadrimestre. Daí, agora, temos a dívida consolidada, R\$ 1,41 bi; dívida consolidada líquida R\$ -3,70 bi; aí o nosso percentual de receita corrente (K) está sempre dentro do limite prudencial, que é de 120%, nós estamos com menos 33,71%, nesse momento. Nessa próxima tela vamos ter oportunidade de verificar aquilo que se demonstrou nos investimentos de capital, que nós já tivemos o início da execução das principais obras, que antes, quando vinha no ano anterior, a gente tinha basicamente o BID sendo executado. Então, agora nós temos os três parcelamentos e investimentos que nós tivemos de

dinheiro externo, basicamente eles estão sendo executados *pari passu*, da AFD, basicamente o desenvolvimento da construção de imóveis, de residências, no Bairro Novo do Caximba. Então, é importante para nós também fazermos essa ressalva. E do BID, que são as execuções, basicamente do Inter 2. As nossas metas limite da dívida interna: Caixa Econômica, R\$ 353,0 mi; RPPS, R\$ 270,3 mi; Pasep, R\$ 179,3 mi; Licença prêmio, R\$ 43,5 mi; Banco do Brasil, R\$ 22,8 mi; BNDES, R\$ 16,0 mi; Agência de Fomento, R\$ 13,4 mi; INSS, R\$ 7,1 mi; Novação, R\$ 4,5 mi; e Cohab, R\$ 1,7 mi. Valores em milhões. Metas e limites das nossas garantias: garantias concedidas, R\$ 239,8 mi. Isso aqui é basicamente Cohab. O nosso limite é 22% e nós estamos com 2,18%. Nossas operações de crédito: também estamos dentro do limite basicamente, o que é importante, 0,24% um limite de 16%. Metas e limites para despesa de pessoal: temos uma despesa líquida de R\$ 4,30 bi; o percentual da receita corrente líquida atual é 39,26%; o alerta é 51%; o limite 54%. Lembrando também que aqui não temos a primeira parcela o décimo terceiro, que será no dia 24 de junho, Dia de São João. O nosso limite prudencial está em 0,14%; o total de 0,60%, com a propaganda e publicidade também, dentro da previsão orçamentária e dos limites prudenciais. Aqui nesse item, que eu já adiantei lá atrás, no início da apresentação, a Educação, o exigido é 25%, mas nós temos 16%. A receita realizada é de três, cento e vinte e sete; a despesa empenhada, quinhentos e cinco; despesa liquidada, quatrocentos e trinta e um. E também aqui é importante ressaltar que nós não tivemos as aulas nos primeiros meses do ano, e também um acréscimo de receita do Fundeb, e um acréscimo da nossa receita, o que dá uma variação de percentual, mas até o final do ano e final da gestão a gente chega ao limite exigido. A realização da Saúde: nós estamos com 15,87%; receitas realizadas, de três cento e vinte e sete oitocentos e cinquenta; a despesa empenhada de quatrocentos e noventa e seis; a despesa líquida de quatrocentos e setenta e seis. É basicamente isso, Sr. Presidente. Agora a nossa equipe fica à disposição de V. Exas. para os questionamentos. *(Palmas)*. **O SR. PRESIDENTE:-** Os Vereadores que desejam fazer seus questionamentos, por gentileza, se inscrevam pelo sistema. Nós temos a primeira inscrita, Vereadora Indiara Barbosa. **A Sra. Indiara Barbosa:-** Primeiramente, agradeço, Secretário Cristiano, pela apresentação, sempre feita de forma clara e objetiva. Eu ia fazer uma observação rápida em relação à questão da receita, que mais uma vez a gente vê um percentual alto. O senhor explicou da questão do IPTU, em relação ao ano passado, mas, mesmo assim, o ano passado a gente também tinha tido aumento, então mesmo essa diferença de competência, que algum recurso do IPTU do ano passado, por causa da mudança do prazo, acabou ficando para esse ano. O ano passado a gente teve um aumento significativo, e esse ano a gente tem mais ainda. Então, ainda fica aquela observação, aquele questionamento em relação aos aumentos expressivos, se realmente a gente precisa sempre aumentar tanto. E a gente avalia também os relatórios que são enviados para o Sistema Nacional, RREO, que em duas rubricas teve atualização relevante. Uma delas é o Urbanismo, que teve uma atualização do orçamento de um bilhão e trinta e cinco, para um bilhão cento e sessenta, um aumento de cento e vinte e cinco milhões. E outra, Ciência e Tecnologia, também uma atualização do orçamento de duzentos e quarenta e quatro milhões, para duzentos e oitenta e um milhões, trinta e sete milhões de aumento. Se vocês tiverem o detalhamento dessa atualização, agradeço. Obrigada. E parabéns, novamente, além do Secretário, a toda a equipe da Secretaria de Finanças, pelo trabalho. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigada, Vereadora. Nesse bloco, passo a palavra à Vereadora Noemia Rocha e, na sequência, à Vereadora Maria Leticia. **A Sra. Noemia Rocha:-** Muito obrigada, Presidente. Bom dia, Secretário Cristiano, demais componentes da equipe. Eu vi os dados positivos, e a minha pergunta é em relação a espaços, na questão fiscal, em relação a vagas sociais para dependência química, que já estava trabalhando na última prestação de contas. E dá para colocar na LDO, por exemplo, eu estive recentemente Secretário, essa semana passada, com a Secretária Beatriz, e levei para ela uma proposta que a gente vai tentar colocar no Plano de Governo do nosso próximo prefeito, que é uma casa de recuperação para gestantes usuárias de drogas.

Nós temos hoje, Secretário, meninas de treze anos grávidas, que o pai é dependente químico, a mãe é dependente química, e essa criança está nascendo com dependência química. Isso é muito sério. Eu apresentei o projeto, ela gostou muito, e aí faço deferência para a possibilidade de colocarmos na LDO uma casa de gestante para dependência química. É um projeto bem simples, mas muito eficaz, e pensando também na proteção da criança. Temos também a questão da Creche do Vovô, que é um projeto que nós tínhamos debatido da última vez esteve aqui, que era também a possibilidade de colocar na Lei de Diretrizes Orçamentária, que é uma casa de atendimento ao idoso pela manhã, volta para casa à tarde, não tira da família. Então, essa pergunta que eu gostaria de fazer, considerando a proposta da Secretaria de Finanças de ter no orçamento um direcionamento para isso. Além do que, Secretário, nós temos também o orçamento da Secretaria Antidrogas do Governo Federal, que tem interesse. Nós conversamos com a Secretaria, que tem interesse também na implantação dessa casa. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Próxima inscrita, Vereadora Maria Leticia, com a palavra. **A Sra. Maria Leticia:-** Obrigada, Presidente Serginho. Cumprimento a todos e todas. Cumprimento o Secretário e sua equipe, e agradeço aqui a sua presença, Secretário. Eu tenho uma dúvida bem pontual aqui. Nós aprovamos, em 2023, em junho de 2023, a redução do ISS para as associações de catadores aqui do Programa Ecocidadão. Então, ele foi de 5%, reduzido para 2%. Foi aprovado em junho, em tese entraria em vigor em setembro do mesmo ano. Ocorre que ao visitar as associações, a gente percebeu que houve um atraso nisso. Hoje reduziram, já recolhem 2%, entretanto, durante alguns meses, por uma questão talvez do programa, não foi reduzido para 2%. Então, a pergunta é, esse período que, mais ou menos calculado, dá uns quatro meses para que a lei fosse aplicada, será ressarcido para todas as associações esses valores que eles continuaram recolhendo? Essa é a dúvida, Secretário. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Fechamos esse bloco com a devolutiva do Secretário. Com a palavra o Secretário Cristiano. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vereadora Indiara, eu vou apresentando as respostas, e vou misturando para eu poder ir fazendo um atendimento meio que global para todos aqui. Urbanismo, nós tivemos um aumento de crédito, basicamente, o valor que aumentou são as entradas das operações de crédito. Então, a gente tem essa alteração, esse valor a mais. E Ciência e Tecnologia é um investimento que se faz necessário para adequação das nossas redes de tecnologia e informação do Município de Curitiba, num geral. A Secretaria de Finanças, por exemplo, para o ano que vem, tem um projeto de desenvolvimento. São dois grandes projetos que nós estamos trabalhando esse ano, e gostaria muito que se pudesse implantar a partir já do ano que vem, mas isso fica para uma próxima gestão. Mas o projeto fica apresentado, fica colocado, e já adianto aqui a V.Exas. que seria uma fiscalização otimizada do IPTU, com utilização da inteligência artificial, e também com imagens, fazendo casar as imagens que nós temos no IPPUC, ou novas imagens, com inteligência artificial, para que a gente tenha uma otimização na fiscalização do IPTU e das obras. Sempre lembrando que há questão de dois anos eu já venho batendo nessa tecla da questão da reforma tributária, que o único imposto que vai ficar sob gerência do município será o IPTU. Então, quanto mais objetivo a gente for, não digo fazer o aumento do IPTU, mas fazer uma otimização desse imposto, porque é o único imposto que nós teremos, efetivamente, gerenciamento. O nosso ISS demonstra uma evolução da economia, e também nós teremos um projeto para acompanhamento da fiscalização do ISS, que também, conforme for a nossa arrecadação, será o nosso índice repassado pelo IBS. Então, quanto mais nós pudermos fiscalizar, a nossa média tende a aumentar. Então, também sempre importante eu dizer que as nossas previsões, e eu rogo, mais uma vez, sempre digo isso, eu rogo, rezo todos os dias que eu esteja muito errado, que eu tenha que vir aqui à Câmara algum dia e pedir perdão pelas palavras que eu disse. A nossa previsão é de perder um bilhão de reais no nosso orçamento. Infelizmente, é essa previsão. Mas, mais uma vez eu digo, espero que eu esteja muito errado e que isso não aconteça. Vereadora Noemia, as vagas que V.Exa. fala são as vagas sociais.

Elas são de responsabilidade, os valores já foram repassados, e elas são de responsabilidade da Secretaria de Defesa Social, e elas estão sendo gerenciadas por esse órgão. As rubricas serão suplementadas através do superávit. O valor é o valor que nós tínhamos anotado no ano passado, lembra que eu falei que era um valor para que a gente pudesse colocar na rubrica, e esse valor tem sido demandado pela Secretaria de Defesa Social. E os valores ainda não chegaram à Secretaria de Finanças, mas a gente tem a previsão para que isso aconteça ainda esse ano. Claro, é importante isso. Como eu disse já no ano passado, que nós colocaríamos esse valor em rubrica, um valor pequeno, mas para que a gente pudesse fazer a suplementação através do superávit. As vagas de gestantes e idosos são questões gerenciadas pela nossa FAS. E também, do idoso, nós temos o Fundo do Idoso, (E) que está sendo gerenciado e aplicado pela FAS. Das gestantes nós temos o fundo da criança, que também é feita essa gestão. O Município de Curitiba já tem a casa de acolhimento, Casa de Maria e o PIA, que fazem esse acolhimento principalmente dessas mães jovens que são, infelizmente, dependentes químicos, né? Temos algumas situações que já são atendidas principalmente pela Casa de Maria, que é uma casa que acolhe essas jovens gestantes. Temos esses programas e se V.Exa. conseguir gerenciar junto ao Governo Federal mais recursos, como diz o Prefeito Rafael Greca: "mais pudermos, mais faremos". Então, é importante termos esse apoio do Governo Federal, não só para esse ponto, mas para outros grandes projetos que se fazem importantes para o Município de Curitiba. **A Sra. Noemia Rocha:**- Secretário, (*assentimento*) a Casa de Maria é para mulheres vítimas de violência, não para dependência química. **O SR. CRISTIANO HOTZ:**- Sim, mas é que elas também fazem essa gestão e o encaminhamento, né? Então, temos esse grande ponto de entrada que é a Casa de Maria para esse acolhimento. Temos casas que não são divulgadas, por questões óbvias de segurança, mas elas têm esse atendimento. O grande ponto de entrada é a casa de acolhimento, da Casa de Maria. Vereadora Maria Leticia, quanto à questão do ISS do Ecocidadão, foi aprovado, realmente, aqui na Câmara e demorou para que a gente pudesse fazer essa aplicação, foi necessária uma regulamentação e uma discussão destas associações de Ecocidadãos com a Secretaria de Meio Ambiente. Então, esse período de vacância da lei, da não aplicação da lei, foi um período necessário para a regulamentação da lei aprovada na Câmara, que é uma lei que eu reputo de bastante importância, um valor que realmente para o Município de Curitiba é muito importante que seja de 2%, para que possa ter essa contribuição também do Município de Curitiba para com essas associações de catadoras. Eu vou fazer essa verificação, como que vai acontecer para esses quatro meses que não houve a regulamentação da legislação, e em resposta, através de ofício, passaremos a V.Exa. Também é importante ressaltar que a Secretária Marilza, mais uma vez, aqui elogio, é uma Secretária espetacular, fantástica, uma das melhores secretárias de realização de orçamento do Município de Curitiba, que é da Secretaria de Meio Ambiente. Ela está trabalhando junto com a SPU. Nós estamos trabalhando junto com a SPU para a regularização das nossas áreas em torno da rododiferroviária e também é um pedido da Ministra e é uma vontade do Prefeito Rafael Greca e da Marilza, de fazer barracões para que essas associações tenham os seus próprios barracões, e não que sejam alugados. Então, temos a expectativa de fazer essa aquisição até o final do ano de mais trinta espaços e construção desses barracões para que essas associações possam ser colocadas nesses espaços. Digo isso e não passo para a secretaria fazer a resposta, porque a Secretaria de Finanças está trabalhando juntamente com a SPU para a regularização dessas nossas áreas, que já são aí de longa data. Por exemplo, a João Negrão, a rua que passa atrás ali, a Aluizio Finzetto, que começa lá no TRE, vem por trás. Então, essas áreas estão sendo regularizadas através da Secretaria de Finanças. O Mario Nakatani está cuidando desse ponto juntamente com o urbanismo, para que a gente possa fazer essas regularizações. Então, é uma Não vou dizer que é uma moeda de troca, mas é um ponto de parceria. É um ponto que está em discussão, que são esses pontos de Ecocidadão, por isso que eu sei responder a V.Exa. **O SR. PRESIDENTE:**- No segundo bloco, nós temos o

Vereador Tico Kuzma, a quem concedemos de imediato a palavra. **O Sr. Tico Kuzma:-** Obrigado, Sr. Presidente, Vereador Serginho do Posto. Cumprimento V. Exa. e os colegas Vereadores da Comissão de Economia, também os servidores que fazem esse trabalho importante de acompanhamento do orçamento do município e da Câmara. Também cumprimento a Aline, o Glauco, diretor, pela apresentação do orçamento da Câmara Municipal. Cumprimentar o Secretário Cristiano e toda a equipe de finanças aqui já parabenizada, também pela Aline, nossa diretora, por essa parceria com a Câmara Municipal, e, sobretudo, é importante vermos esses números, Secretário, e vermos a responsabilidade da gestão do Prefeito Rafael Greca e do nosso vice-Prefeito, Eduardo Pimentel, com os números do orçamento. Também a importância do plano de recuperação fiscal. Então, a gestão terminando esses dois mandatos e entregando com as contas todas em dia, em ordem, e também provavelmente com recursos para serem aplicados e continuarem os projetos ano que vem. Conversávamos esses dias atrás, mas gostaria de fazer essa pergunta em público, aprovamos aqui a Lei Complementar nº 120/2020, que é a lei que criou o fundo de recuperação e estabilização fiscal. Dentro da lei também está previsto utilizar esse fundo para, porventura, desastres, né? Desastres ambientais, climáticos. Temos visto o que está acontecendo no mundo inteiro, não só em nosso país. Então, minha pergunta é: esse fundo é uma conta específica, que tem para esse fundo? Esses recursos estão lá guardados e quanto que temos nesse fundo? E como ele vai aumentando, se possível, não me recordo? Não sei se o Secretário vai recordar da lei também. Quanto que vai aumentando por ano nesta lei. Enfim, parabenizar então o nosso Secretário Cristiano. Leve os nossos cumprimentos ao Prefeito Rafael Greca e ao vice-Prefeito Eduardo Pimentel por terem equipes competentes em todas as áreas, mas, principalmente, na Secretaria de Finanças. **O SR. PRESIDENTE:-** Ok. Não temos inscrições pelo sistema. Se algum Vereador desejar fazer questionamentos (*Pausa*). Não temos. Eu vou fazer duas observações, Sr. Secretário, em relação à dívida com o Pasep. Tivemos, acredito que no ano passado, uma mudança de cobrança do Pasep, se isso tem alterado significativamente para os municípios, o Governo Federal, porque nós sabemos que é uma dívida relativamente alta, do ponto de vista de juros e encargos cobrados pelo Governo Federal. Isso teve alguma mudança em relação aos municípios? Também quero elogiar a métrica, que V.Exa. coloca, de um projeto que está sendo desenvolvido para cobrança de ISS e IPTU. Acredito que essa aferição em alguns setores que são contributivos, especialmente o ISS vai fazer com que nós tenhamos mais impostos sendo otimizados pelo Município. Acredito que esses projetos que V. S.^a colocou, colocados em práticas terão bons resultados de arrecadação. Então, ficam aqui essas observações. Não temos mais Vereadores inscritos, então fazendo a sua devolutiva também pode fazer suas considerações finais. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Vamos lá. Vereador Tico Kuzma, aproveitando as palavras de V.Exa. agradecer. São sempre palavras elogiosas. Agradecer também a Aline, que é diretora da Casa, que faz as apresentações. Eu disse a ela que eu não estava sentadinho ali, mas eu estava ali em pé, atrás do comitê de imprensa, da comunicação, acompanhando a apresentação dela. Também ao meu amigo, Glauco, diretor da Casa, pela gestão da Câmara, que vem se mostrando transparente e bastante pontual, objetivo nas realizações. O fundo, Vereador Tico Kuzma, é um fundo que tem uma conta específica, uma conta que não se mistura com as outras contas do município. Hoje nós temos em torno de cento e cinquenta e cinco milhões. O Carlos acabou de me passar, de cento e sessenta milhões. Então, esse é um valor que nós temos à disposição para emergências e catástrofes. É um valor intocável. Precisamos fazer algumas adequações, eu já adianto isso. Estamos estudando o momento certo, não seja esse talvez o momento, mas a gente precisa fazer algumas adequações na legislação que facilitem a aplicação desse valor de imediato, né? Por exemplo, o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Uma catástrofe. Não vamos apontar agora situações, mas é uma catástrofe, realmente. Então, precisamos fazer algumas adequações à legislação, para que a gente possa utilizar com mais rapidez esse valor. Então, está em estudo na Secretaria, não estou dizendo

aqui que é para facilitar o dinheiro, pegar esse dinheiro. Não, não. Não é isso que estou dizendo. É facilitar a aplicação desse valor. (*Manifestação fora do microfone*) . Não, não Vereador Serginho. O Vereador Serginho perguntou, talvez em obras preventivas. Não, esse valor a gente não tem essa intenção. Esse valor é específico para utilização pós. A prevenção vem sendo feita *pari passu*, dia a dia, com obras de macrodrenagem. Eu estou falando agora de enchentes, né? Que é o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, mas outras situações podem vir acontecer: um vento; granizo. São situações que a gente precisa deixar para o pós. Esse valor é pós, no que infelizmente venha a acontecer. Não é isso que eu estou apontando, mas se acontecer esse dinheiro será bem aplicado. (*Ausência de som*). A Dani, como o Gil, com as situações que estavam acontecendo no Rio Grande do Sul, a Dani chegou e falou assim para mim e falou: "Cris, precisamos ter um domínio". Ela disse assim: "Nós precisamos ter um domínio de como executar esta lei no escuro". Meu pai sempre, comentei com o Glauco há pouco, meu pai, falecido há quatro anos, dizia que você tem que ter as suas ferramentas de forma tal que quando precisar, no escuro possa saber onde estão e pegar a ferramenta que precisa naquele momento, mesmo no escuro. Então, a Dani disse que no escuro a gente precisa saber como aplicar e como realizar essa lei, desse fundo de catástrofe, mesmo que a gente não tenha energia, mesmo que a gente não tenha água, mesmo que a gente não tenha internet ou comunicação, temos que ter uma forma de fazer a aplicação desse valor, né? Então, por isso, eu digo que a gente precisa fazer uma adequação na forma de liberação desse dinheiro, não da utilização. Utilização é para catástrofes, mas da liberação e mesmo que seja no escuro, sem energia, sem comunicação que a gente possa fazer o uso desse dinheiro. Não dizer: "olha, não posso fazer nada porque eu não tenho como usar o dinheiro". Mais uma vez louvo o trabalho da Dani e da nossa equipe por ter esse tipo de preocupação e prevenção. Então, Vereador, nós temos cento e sessenta milhões nessa conta fundo. É específico nessa conta de catástrofe e ela é alimentada com 20% do superávit. Sempre que a gente tem superávit colocamos 20% dele nessa conta. Vereador Serginho, o Pasep é um calo e um calcanhar de Aquiles, né? (V) Temos duzentos milhões em discussão com o Governo Federal. A PGM, através da Dra. Vanessa, capitaneada pela Dra. Vanessa, vem fazendo essa discussão, e temos sempre cento e setenta milhões em dívida que pagamos todo mês, pagamos 1% dessa dívida com o Pasep, nunca amortiza, e temos estudos e planos de fazer, talvez, encontrar alguma forma de fazer um pagamento, um adiantamento disso para que possamos ter esse valor em caixa. Talvez uma garantia, alguma situação para que possamos ter esses valores reduzidos, que são uma grande pedra no nosso sapato. E já concluindo, Sr. Presidente Vereador Serginho, agradecer mais uma vez a paciência de V.Exas. em nos ouvir, acreditarem no trabalho que está sendo feito pela equipe do Prefeito Rafael Greca, do Eduardo Pimentel, para que nós, da Secretaria de Finanças, de todas as demais secretarias, possamos, no final do ano, realmente apresentar o orçamento que já foi trazido aqui através da LDO, e que possamos trazer, realmente, um orçamento factível para o ano que vem, já com as devidas previsões de realização de obras. E mais importante é o dinheiro para o pagamento dessas obras e dessas realizações. Então, grato a V.Exas., Vereador Serginho, Vereadores que compõem a Mesa, a minha equipe da Secretaria de Finanças, a nossa equipe, ao bom trabalho que ela vem sempre desenvolvendo. E estamos sempre à disposição de V.Exas. na nossa salinha lá no nosso gabinete. Grato, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE:-** Agradecemos a sua apresentação, fazendo o registro das presenças do Dr. Secretário Cristiano Hotz. Também participaram conosco a Superintendente Executiva Danielle Regina dos Santos, o Sr. Superintendente Fiscal Mário Nakatani Junior, o Diretor do Departamento de Orçamento Carlos Eduardo Kukolj, também o Diretor de Contabilidade Claudinei Nogueira, o Márcio Smolski que está conosco aqui também, o Jaderson e toda equipe da Secretaria de Finanças. Fazendo o registro também dos servidores da Casa que nos ajudam no dia a dia, que acompanham principalmente a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, a equipe da diretoria da Jussana Marques, que

está presente, também a Cristina Fonseca Roberjan Prestes, o Ederson Costa e Marilete Bernadino. Então, fica aqui os agradecimentos. Também agradeço ao Sr. Presidente Marcelo Fachinello que nos concedeu este espaço para a realização regimental da audiência pública neste local. Então, ficam mais uma vez esses registros que foram identificados na nossa audiência. Os Vereadores que tiverem alguma dúvida podem também encaminhar à Comissão de Finanças, para que repassemos à Prefeitura e também ao Legislativo. Está encerrada esta audiência pública. Agradecemos a todos. Um bom dia. De imediato passo a presidência ao nosso Vereador Marcelo Fachinello, Presidente." Do que para constar, eu, Roberjan Prestes Filho, lavrei a presente ata, de acordo com as Notas Taquigráficas. A ata será disponibilizada aos Vereadores da Comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro